

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE LETRAS

ARIELA FÁTIMA COMIOTTO

A AUTORREFERÊNCIA DA CRIANÇA E A REFERÊNCIA AO OUTRO: A
INTERSUBJETIVIDADE NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

PORTO ALEGRE
2016

ARIELA FÁTIMA COMIOTTO

A AUTORREFERÊNCIA DA CRIANÇA E A REFERÊNCIA AO OUTRO: A
INTERSUBJETIVIDADE NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciada em Letras pela Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Carmem Luci da
Costa Silva.

PORTO ALEGRE
2016

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao Universo por ter me colocado no lugar em que me encontro.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional às minhas escolhas. Por todo o auxílio financeiro e psicológico não só durante o período da graduação, mas por tudo o que já fizeram por mim ao longo da minha vida. Pelo incentivo, desde muito cedo, à leitura e aos estudos e que me levaram até este momento. Por terem compreendido minha aflição ao entrar na faculdade de jornalismo. Serei eternamente grata por terem permitido com que eu “largasse” a faculdade e, desse modo, possibilitasse essa outra escolha que foi ingressar no curso de Letras.

Aos meus irmãos, Andressa e Maikel, pelos conselhos, pelos momentos de descontração e pelo exemplo que me foi dado. Também dedico à Lis Fernanda pelos momentos de amor e tranquilidade que estar com ela me proporcionam.

À minha orientadora, Profa Carmem Luci, pela oportunidade que me foi dada e ter me acolhido em seu grupo de pesquisa e, assim, possibilitasse que eu “me descobrisse” na área. Obrigada pela dedicação nesse período e pela leitura atenciosa neste trabalho. Estendo meu agradecimentos às colegas de pesquisa, Isadora e Joana, que estiveram comigo no período de pesquisa científica e compartilharam os dramas e as alegrias dessa fase.

À professora Mônica Nariño por me incentivar a embarcar na melhor experiência da minha vida, o intercâmbio, que me transformou, mudou minha forma de ver o mundo e encarar o futuro de forma mais tranquila. Serei eternamente grata.

Às amigas, Gabriela e Ethiene, pelos momentos de lazer, descontração, risadas. Mas também agradeço pelos momentos de desabafo e desesperos e pelos conselhos.

À Andressa, Júnior e Morena pelos ótimos momentos que vivemos juntos em Mendoza, pelas experiências que tivemos e pelo que crescemos nesse período.

Aos amigos que estiveram comigo nesta trajetória acadêmica, dando apoio, ajuda emocional, momentos de lazer e que, de alguma forma, deixaram essa trajetória um pouco mais fácil.

“O homem sentiu sempre - e os poetas frequentemente cantaram - o poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu.” (Émile Benveniste)

RESUMO

Neste trabalho, tem-se como objetivos investigar as formas que a criança se vale para se autorreferir e para referir ao outro de sua alocação. Para Benveniste (1991), o uso dos índices de pessoa no discurso são reveladores da subjetividade e intersubjetividade na linguagem. É preciso observar que cada vez que alguém emprega o *eu* faz remissão a um ser único, referente à pessoa que enuncia a instância do discurso na qual esse *eu* está inserido. Aqui reside o conflito experienciado pela criança no processo de aquisição da linguagem, pois *eu* e *tu* são formas móveis que mudam de referência a cada ato de enunciação. No campo de aquisição da linguagem, Issler (1998), De Lemos (2004) e Silva (2009), ao deslocarem essa problemática enunciativa, observam que as formas de autorreferência oscilam até a ocorrência de *eu* de modo sistemático. Benveniste (1991) argumenta que nenhuma língua está separada de sua função cultural, neste estudo, estamos revisitando os fatos enunciativos de Silva (2009) para pensar o estatuto da cultura presente na apropriação dessas formas de autorreferência e referência ao outro. A análise dos fatos enunciativos apontam que a constituição de referências pela criança está na dependência do movimento de enunciação/co-enunciação, visto se tratar do efeito da enunciação do outro sobre a da criança e do efeito da enunciação da criança sobre a do outro.

Palavras-chave

Aquisição de linguagem; enunciação, referência, autorreferência.

RESUMEN

En este trabajo nuestro objetivo es investigar cuales las formas que el niño utiliza para se autorreferir y para referir al otro en su alocución. Para Benveniste (1991), el uso de los índices de personas en el discurso revela la subjetividad y la intersubjetividad en el lenguaje. Es necesario que observemos que cada vez que alguien utiliza el *yo* hace remisión a un ser único, referente a la persona que enuncia en la instancia del discurso. Aquí encontramos el conflicto donde se encuentra el niño en el proceso de adquisición del lenguaje, pues *yo* y *tú* son formas móviles que cambian su referencia a cada uno de los actos de enunciación. En el campo de la adquisición del lenguaje, Issler (1998), De Lemos (2004) y Silva (2009), mientras dislocaron esa problemática enunciativa, observaron que las formas de autorreferencia cambian hasta la ocurrencia del *yo* de modo sistemático. Benveniste (1991) argumenta que ninguna lengua está separada de su función social, en este estudio, estamos mirando otra vez los fatos enunciativos de Silva (2009) para que pensemos el estatuto en la apropiación de esas formas de autorreferencia. El análisis de los datos enunciativos apuntan que la constitución de las referencias por los niños está en la dependencia de los movimientos de enunciación/co-enunciación, vito que tratamos del efecto del otro sobre el niño y el efecto de la enunciación del niño sobre el otro.

Palabras clave: adquisición del lenguaje, enunciación, referencia, autorreferencia.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	7
<u>CAPÍTULO 1</u> - A PERSPECTIVA ENUNCIATIVA DE ÉMILE BENVENISTE: BASES PARA AS DEFINIÇÕES DE LINGUAGEM/LÍNGUA E ENUNCIÇÃO/DISCURSO	10
1.1 Linguagem e língua no campo da enunciação benvenistiana	11
1.2 Enunciação e discurso.....	16
1.3. (Inter)subjetividade e referência na enunciação	19
<u>CAPÍTULO 2</u> - ENUNCIÇÃO E AQUISIÇÃO: (INTER)SUBJETIVIDADE E REFERÊNCIA NO DISCURSO DA CRIANÇA	25
2.1 Os estudos dos pronomes em aquisição da linguagem	26
2.2 Enunciação e aquisição: intersubjetividade e referência	30
2.3. (Inter) subjetividade e referência no ato de aquisição da linguagem.....	32
<u>CAPÍTULO 3</u> - DA METODOLOGIA À ANÁLISE DE FATOS ENUNCIATIVOS DA CRIANÇA	35
3.1 Da metodologia.....	35
3.2. Da análise dos fatos enunciativos da criança.....	37
3.3 Da análise à reflexão: movimento de autorreferência e de referência ao outro no ato de aquisição da linguagem.	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
Referências Bibliográficas.....	48

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao ingressar no curso de Letras, desde as primeiras aulas introdutórias à Linguística, deparei-me com teorias distintas, porém as que mais despertavam meu interesse estavam relacionadas à linguagem em seu contexto social, cultural, ou seja, a língua utilizada na sociedade. Primeiramente, deixei-me conduzir pelas teorias sociolinguísticas. No segundo semestre da faculdade, comecei a participar das reuniões de pesquisa sobre o tema. Apesar de o estudo estar focado nas falas das culturas de comunidades de imigrantes italianos e, esse assunto me despertar grande interesse, estava em uma encruzilhada, continuar ou buscar novas abordagens e teorias que me satisfizessem e possibilitassem pesquisar algo que realmente me motivasse. Saí do grupo de pesquisa, ainda que receosa, pois não sabia se a academia me possibilitaria outra oportunidade assim. Em meio às incertezas, resolvi me inscrever para o Programa PIBID que, vale ressaltar, foi minha primeira experiência como professora de português, ou melhor, como professora. Experiência significativa por ter contribuído para que eu tivesse a certeza de que ensinar algo a alguém é fascinante e que esse era o caminho a ser seguido. Porém, desde antes de ingressar na faculdade, tinha o objetivo de pesquisar, investigar, procurar respostas para aquelas perguntas relacionadas à linguagem e à sua aquisição. Em conversas com colegas pelos corredores da faculdade, comentei que, apesar de ter lido pouco a respeito, os estudos sobre aquisição da linguagem em crianças me fascinavam. Assim, tomei conhecimento dos estudos de aquisição da linguagem da professora Carmem Luci. Nas férias de julho de 2014, a oportunidade apareceu, a academia me deu a segunda oportunidade. Obviamente, os primeiros desafios vieram com as reflexões sobre linguagem propostas por Émile Benveniste, que eram tão instigantes e, ao mesmo tempo, complexas, pela flutuação terminológica e conceitual de sua teoria enunciativa (FLORES, 2013). Por isso, foi necessário ler e reler os textos para conseguir me situar em relação à sua teorização linguístico-enunciativa. Mas respirei aliviada, porque eu poderia começar, finalmente, minha trajetória como investigadora de algo que eu realmente gostava e me interessava.

A partir do segundo semestre de 2014, comecei a participar do grupo de pesquisa da Profa. Carmem Luci como bolsista de Iniciação Científica do projeto “A

Operação de Referência: os Rudimentos da Cultura no Discurso da Criança” com o estudo dos textos vinculados à perspectiva enunciativa do já mencionado linguista Émile Benveniste, publicados nos livros *Problemas de Linguística Geral I* e *Problemas de Linguística Geral II* além do deslocamento destes estudos para pensar o processo de aquisição da linguagem pela criança através dos estudos enunciativos. Surgiu, nesse momento, o interesse em buscar respostas para um determinado questionamento: como a criança passa a se autorreferir como *eu* quando enuncia e, também, convoca o outro através do índice *tu*? O interesse surgiu por observar fatos de linguagem de crianças que, nos primeiros meses (ou até anos) de vida, ao se enunciarem, utilizam expressões como o próprio nome ou formas como *bebê*, *nenê*. Porém, gradativamente, começam a enunciar-se através do *eu* e, inevitavelmente, a convocarem o interlocutor através do *tu*. Para Benveniste (1966/1995; 1974/1989), o uso dos índices de pessoa no discurso são reveladores da subjetividade e intersubjetividade na linguagem, questão primordial no processo de aquisição da linguagem para a criança instaurar a sua experiência intersubjetiva, via discurso, em uma língua materna. Segundo o teórico, é preciso observar que cada vez que alguém emprega o *eu* faz remissão a um ser único, referente à pessoa que enuncia a instância do discurso na qual esse *eu* está inserido. Aqui reside o conflito experienciado pela criança no processo de aquisição da linguagem, pois *eu* e *tu* são formas móveis que mudam de referência a cada ato de enunciação. Visto que essa problemática também despertou o interesse de muitos linguistas de outras perspectivas teóricas, procuramos expandir o estudo realizado na Iniciação Científica para este trabalho a fim de aprofundarmos os estudos em aquisição da linguagem pelo viés enunciativo ao tratarmos do modo como a criança estabelece referência a si (autorreferência) e ao outro no discurso.

Assim, este estudo procura responder às seguintes questões de pesquisa, considerando os fatos de uma criança em processo de aquisição da linguagem:

1. Como se dá o processo em que a criança passa a se enunciar como *eu* no discurso no processo de aquisição de linguagem?
2. Quais mecanismos a criança utiliza para se autorreferir e referir ao outro, quando ainda não dispõe de índices específicos de pessoa?
3. Qual o papel das funções enunciativas de interrogação, de asserção e de intimação para promover a inversibilidade enunciativa e a instauração de um espaço para a criança atualizar as demais formas na língua?

O trabalho está dividido em três capítulos. Na primeira parte, trazemos questões gerais sobre linguagem e língua através da leitura de textos de Benveniste, bem como questões sobre enunciação e discurso; neste mesmo capítulo, abordamos a questão de subjetividade e intersubjetividade tratadas pelo linguista e fundamentais para a análise dos fatos de linguagem de criança apresentados neste trabalho, traremos também, a fim de complementar a discussão, o texto de Flores (2013). No segundo capítulo, trabalhamos os estudos dos pronomes em aquisição de linguagem no discurso da criança propostos em Issler (1997) e De Lemos (2004) e, ainda, tratamos dos estudos de enunciação e aquisição da linguagem em Silva (2009). No terceiro capítulo apresentamos a metodologia, a seleção de fatos enunciativos do discurso da criança, seguida da análise dos mesmos. Essas análises dos fatos enunciativos são de uma criança acompanhada longitudinalmente dos onze meses aos três anos e quatro meses.

A questão da linguagem se torna primordial, pois, como diz Benveniste (1974/2006, p. 222), “antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*.” Por isso, nas páginas seguintes, buscamos tratar dos fenômenos de como a criança se instaura em sua língua materna, fenômeno empoderador por permiti-la, assim, inserir-se nas esferas culturais onde está imersa.

CAPÍTULO 1

A PERSPECTIVA ENUNCIATIVA DE ÉMILE BENVENISTE: BASES PARA AS DEFINIÇÕES DE LINGUAGEM/LÍNGUA E ENUNCIÇÃO/DISCURSO

É impossível pensar a experiência humana na linguagem fora das práticas de uso de uma língua em determinada sociedade. Na verdade, já nascemos na linguagem e em dada cultura. E isso nos direciona a constituir uma determinada língua, comumente nomeada como materna.

É através da linguagem, e mais especificamente por meio de uma língua, que o homem consegue atingir outro homem. O que nos diferencia, por exemplo, de outros animais, que apenas conhecem formas primitivas de comunicação é, justamente, o fato de termos a capacidade de dialogar com outros seres humanos. Quando queremos transmitir uma mensagem a outro homem, sempre utilizamos a linguagem, esta é essencial na constituição tanto do indivíduo como da sociedade.

Émile Benveniste escreveu diversos livros e artigos ao longo de sua carreira, não apenas direcionados a linguistas, mas também a psicólogos, a filósofos, etc. Em todos os textos, o autor assumiu sempre o ponto de vista da linguagem. Para o presente trabalho, serão utilizados textos que compõem capítulos de dois livros fundamentais: *Problemas de Linguística Geral I*, publicado pela primeira vez em 1966 (doravante PLG I); além de *Problemas de Linguística Geral II* publicado originalmente em 1974 (doravante PLG II). Tendo em vista a importância da linguagem na vida dos homens, abordaremos essa questão a partir da concepção de linguagem nos artigos “Da subjetividade na linguagem”, “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da Linguística”, “Estruturalismo e linguística” e “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”. Porém, é necessário pensarmos quais as relações existem entre a linguagem e as línguas em particulares. O sistema de língua foi detalhadamente caracterizado pelo autor em “Os níveis de análise linguística”, texto que dialoga com “A forma e o sentido na linguagem” no qual o autor articula as noções gêmeas de forma e sentido para pensar como se integram na língua como domínio semiótico e na língua como domínio semântico. Por último, abordaremos a intersubjetividade constitutiva da língua em emprego com os textos “A natureza dos pronomes e “Da subjetividade na linguagem”,

relacionando-os com a proposta enunciativa do autor, essencial para pensarmos na questão do diálogo enunciativo a partir do texto “O aparelho formal da enunciação”.

No item a seguir, iniciaremos o mapeamento conceitual com os termos linguagem e língua.

1.1 Linguagem e língua no campo da Enunciação benvenistiana

A questão da linguagem se constitui fundamental na obra de Benveniste, pois sempre encontramos no mundo um homem falando com outro homem e, ao falar, transmite ideias, exprime opiniões e, ainda perpetua a cultura daquela comunidade linguística. É através da linguagem que essa comunicação se torna possível. A linguagem não é compreendida como fabricação do homem, mas faz parte da natureza dele, não podendo estar dissociada da sua condição humana. Não podemos separar o homem da linguagem e tampouco o vemos inventado-a.

Por isso, Benveniste (1966/1991) argumenta que a linguagem não pode ser vista como instrumento por possuir características próprias que a afastam dessa concepção instrumental. Por não ser instrumento, a linguagem não é uma fabricação, e sim, uma faculdade simbólica que está na natureza humana de atribuir sentido, fato que possibilita ao indivíduo constituir uma língua materna na relação que estabelece com outros, quando chega no mundo ao encontrar “um homem falando com outro homem.” (BENVENISTE, 1966/1991, p. 285). De fato, o seu funcionamento simbólico, a sua organização articulada, o fato de ter um conteúdo, a sua natureza imaterial tornam suspeitas essa vinculação da linguagem a instrumento.

A linguagem é vista como uma faculdade simbólica, porém, é só através da língua que essa faculdade pode ser exercida. Nessa linha, Benveniste, no texto “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, defende que é “dentro da, e pela, língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente.” (BENVENISTE, 1966/1991, p. 27) e que o leva a defender, no texto “Estruturalismo e linguística”, que a relação humana entre a língua e a cultura de uma sociedade é uma relação de integração necessária. Como a linguagem se realiza sempre dentro de uma língua definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular, Benveniste (1966/1991) compreende que língua e sociedade não se concebem uma sem a outra, mas que uma e

outra são apreendidas pelo ser humano, que não possui um conhecimento inato nem de uma e nem de outra.

Essas argumentações encaminham o linguista a defender, no texto “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, que a língua é a interpretante da sociedade e da cultura que lhe é constitutiva. A cultura como um sistema simbólico de valores impregna-se na língua, que herda uma série de dados culturais de uma determinada sociedade. Por isso, o linguista defende a língua como interpretante da sociedade e como contendo a sociedade. Para darmos um exemplo da importância da língua, o autor diz que, para o pensamento ser transmissível, deve passar pela língua e tomar-lhe os quadros, que entendemos serem os quadros de dada cultura.

A língua é, então, “imaneante ao indivíduo e, ao mesmo tempo, transcendente à sociedade”. (BENVENISTE, 1974/2006, p.97). Nessa linha argumentativa, o autor já defendia em texto anterior, Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística (BENVENISTE, 1963/1991, p.31), que “o despertar da consciência na criança coincide sempre com a aprendizagem da linguagem¹ que a introduz pouco a pouco como indivíduo na sociedade”. Em outras palavras, aproximando essas concepções de uma reflexão sobre a aquisição da linguagem, podemos defender que a criança se insere no universo cultural da sociedade e se apropria dos valores da cultura de sua comunidade através da apreensão dos mecanismos da língua, bem como perpetua essa cultura e a transforma. Como, por meio de dada cultura, torna-se possível distinguirmos o que tem sentido e o que não tem, tais valores culturais imprimem-se na língua e, por isso, o locutor, criança ou não, transpõe para seu discurso quando dela se apropria. Visto desse modo, o discurso como resultado de um ato de enunciação, traz o modo singular como cada indivíduo se relaciona com o que é de ordem geral da língua, concebida como sistema interpretante do sistema cultural.

O linguista se questiona sobre qual é o “poder misterioso” da língua e porque indivíduo e sociedade se fundam na língua. Para ele, essas perguntas podem ser respondidas devido ao fato que “a linguagem representa a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, a faculdade de *simbolizar*”. (BENVENISTE, 1991, p.27 [grifos do autor]). Isso porque representamos os objetos e fatos do mundo através de símbolos pré-estabelecidos pela comunidade falante, e a

¹ Possivelmente nessa passagem tenha ocorrido a oscilação terminológica presente na obra de Benveniste, conforme aponta Flores (2013), já que a criança apreende é a língua de uma sociedade particular, e não a linguagem.

faculdade simbolizante é o que permite a formação de um conceito distinto do objeto real.

É através da linguagem, realizada em uma língua, que a faculdade simbólica se expressa com primor e isso ocorre sob dois aspectos: 1) é um fato físico, isto é, relativo à mediação vocal e ao aparelho auditivo, podendo ser apreendida e 2) é um fato que é de natureza imaterial, porque comunica significados para além do que é vocalizado. Assim, Benveniste defende que o símbolo linguístico é mediatizante: “organiza o pensamento e realiza-se numa forma acessível a outro numa expressão articulada e representativa [...]; realiza-se numa determinada língua, própria de uma sociedade particular, não numa emissão vocal comum à espécie inteira”. (*op.cit.* p. 30)

Assim, a criança, ao nascer numa determinada sociedade, desenvolve-se em uma sociedade com indivíduos, que lhe auxiliam a entrar no jogo simbólico que é a língua e ativa a consciência de que ela está em um meio social. Para darmos mais fundamentação ao que Benveniste chama de “cultura” inerente à sociedade, em “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” o autor se refere

[...] A cultura define-se como um conjunto muito complexo de representações organizadas por um código de relações e valores: tradições, religião, leis, política, ética, artes, tudo isso de que o homem, onde quer que nasça, será impregnado no mais profundo da sua consciência, e que dirigirá o seu comportamento em todas as formas da sua atividade, o que não é senão um universo de símbolos integrados numa específica [...]. (BENVENISTE, 1966/1991, p.32)

É o poder simbólico que estabelece os parâmetros de relação entre o homem, a língua e a cultura, pois cada língua específica possui uma cultura também específica com valores pelos quais os homens atribuem sentido em seus discursos. Esses valores de cultura impregnam-se nas formas da língua manifestas na natureza articulada da linguagem.

Como cada língua realiza a natureza articulada da linguagem? Essa é a questão que o autor responde no texto “Os níveis da análise linguística”, no qual podemos tratar da concepção de língua de Benveniste atrelada ao texto “A forma e o sentido na linguagem”, com o estabelecimento de vínculos com as questões de *linguagem*, *língua*, *sociedade* e *cultura* pontuadas anteriormente.

A língua é entendida como um arranjo de partes, em que as unidades em níveis articulam-se. Essa articulação permite que os elementos linguísticos se relacionem com

outros elementos de mesmo nível, em relações de *distribuição*, ou de níveis diferentes, em relações de *integração*; desse modo, o linguista argumenta que

Um signo é materialmente função de seus elementos constitutivos, mas o único meio de definir seus elementos constitutivos consiste em identificá-los no interior de uma unidade determinada onde preenchem uma função *integrativa*. Uma unidade será reconhecida como distintiva num determinado nível se puder identificar-se como “parte integrante” da unidade de nível superior, da qual se torna o *integrante*. (BENVENISTE, 1966/1991, p. 133)

Para que possamos analisar a língua, será preciso considerar duas operações: a segmentação e a substituição. O autor busca, dessa forma, definir cada elemento pelo conjunto do meio ao qual faz parte (relação sintagmática), bem como em relação com os outros elementos substituíveis (relação paradigmática/associativa). As menores unidades de análise, segundo o teórico, são os fonemas, que são segmentáveis e substituíveis. Já os traços distintivos, por exemplo, são substituíveis, mas não podem ser segmentados em unidades menores. Dito isso, o autor argumenta que é preciso operar sobre porções mais longas da língua para realizar as relações de segmentação e substituição.

Para que uma sentença seja reconhecida como pertencente à língua, é necessário que os falantes possam atribuir sentido, pois este “é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* linguístico”. (BENVENISTE, 1966/1991[grifos do autor], p130). É importante analisar como o sentido intervém nas operações e de qual nível depende. Uma unidade linguística só se define como tal se for capaz de ser recebida em uma unidade mais alta. Do fonema, passa-se ao morfema, do morfema à palavra e desta à frase.

Pelo fato de serem discretas, as entidades linguísticas admitem duas relações: a) a primeira é de relação distribucional, que equivale à relação entre os elementos de mesmo nível; b) a segunda refere-se às relações integrativas, ou seja, entre os elementos de níveis diferentes, que possa integrar um nível superior. A frase, como nomeia o autor, é o limite superior por comportar constituintes, mas que não pode integrar nenhum outro nível. O limite inferior é o merisma, que integra um nível mais alto, mas que não comporta ele próprio nenhum constituinte.

Para encontrar a função entre constituinte e integrante, devemos relacioná-los à forma e ao sentido na língua. A forma de uma unidade linguística pode ser definida como a capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior. Já o sentido na

unidade pode ser visto como a capacidade de integrar um nível superior. São propriedades inseparáveis, necessárias e que ocorrem de forma simultânea no funcionamento da língua.

E assim, quando chegamos ao nível da frase, entramos para o universo do discurso, que implica a manifestação da língua na comunicação intersubjetiva. Do sentido intralinguístico passa ao sentido à situação de discurso, o que implica considerar a referência e os interlocutores.

A discussão sobre os níveis encaminha Benveniste a discutir a forma e o sentido na linguagem em texto de 1966 com esse mesmo nome. Nessa reflexão, o autor defende forma e sentido como noções gêmeas e inseparáveis, presentes no domínio intralinguístico, que define como semiótico, e no domínio da língua em ação, que nomeia como semântico. No intralinguístico, o sentido requer o reconhecimento daqueles que manejam a língua e, nesse caso, pode ser entendido como a propriedade que cada elemento linguístico tem de constituir uma unidade distintiva, opositiva e identificável para outros falantes da língua. Por exemplo, **chaméu* não é reconhecido como forma da língua portuguesa, enquanto *chapéu* é. Por isso, Benveniste argumenta que é impossível opor a forma e o sentido na língua, e que é preciso reinterpretar essas duas noções como integradas. Esses conceitos, forma e sentido, colocam o linguista no cerne do problema: o da significação, ou seja, a capacidade de se atribuir sentido.

A significação é algo que está na linguagem, como tratamos anteriormente, mas que se materializa em uma língua particular. Há, para o linguista, duas formas de ser língua: no semiótico e no semântico. Esses dois modos apresentam forma e sentido. O semiótico, refere-se à distinção das unidades que fazem parte do sistema intralinguístico, conforme já tratado na ideia de níveis linguísticos. Nesse domínio, o sentido de uma forma é dado pela distintividade e por um “valor genérico e conceptual” (BENVENISTE, 1994/1991, p. 228). Já, no domínio semântico, o sentido de uma palavra é seu emprego e de uma frase é a sua ideia, que é sempre particular porque determinada pelo modo como o locutor agencia palavras no discurso. E aqui precisamente o linguista já lança questões que vão ser detalhadas em “O aparelho formal da enunciação”.

Deste item, concluímos que a linguagem é uma faculdade simbólica de atribuição de sentidos, que se realiza em uma língua particular, inserida em uma sociedade com seus valores culturais. A língua, como interpretante da cultura dessa

sociedade, carrega, nas formas de diferentes níveis, os valores de dada cultura, que possuem sentidos gerais no domínio intralinguístico (semiótico) e sentidos particulares no domínio da língua em emprego (semântico).

Tais concepções serão importantes para delimitarmos as noções de enunciação e de discurso que alicerçam este estudo, que tem por base a reflexão benvenistiana de linguagem.

1.2 Enunciação e discurso

Em diálogo com as noções de língua e linguagem, trataremos neste item de duas noções interdependentes na reflexão benvenistiana: enunciação e discurso. Primeiro porque, em relação ao domínio intralinguístico (semiótico) a língua constitui unidades integradas pela forma e pelo sentido. Já, em se tratando do funcionamento, a língua se transforma em discurso e, através deste, produz referência. Em *O aparelho formal da enunciação*, o autor argumenta que a enunciação é entendida como um mecanismo que envolve o “colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1974/2006, p.82).

O processo enunciativo pode ser visto sob três aspectos: o aspecto vocal, a semantização e o quadro figurativo da enunciação. Primeiramente, pensamos na sua realização vocal que constitui o ato de colocar em funcionamento a língua através de sons pertencentes a uma língua particular. Nesse caso, o autor defende que a experiência de vocalizar é única e que os sons jamais serão repetidos da mesma maneira. No aspecto da semantização, discute o fato de que a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso e, nesse caso, argumenta ser importante ver como o sentido se organiza através das palavras, ou seja, nesse segundo aspecto, entra em jogo a conversão dos sentidos em formas, fato vinculado à discussão presente em “A forma e o sentido na linguagem”, pois se trata do fato de que a organização de formas no discurso (sintagmatização) pelo locutor produzem um sentido particular (semantização). Por isso, Benveniste argumenta que é a semantização da língua que está no cerne da questão enunciativa. O terceiro aspecto envolve o quadro figurativo, quando o linguista discute o ato, as situações e os instrumentos da enunciação.

Com relação ao ato, a condição necessária da enunciação é o próprio locutor, pois “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua” (BENVENISTE, 1974/2006, p. 83). Depois dela a língua é efetuada em uma instância do discurso, que procede de um locutor, e logo atinge um outro, provocando uma outra enunciação de retorno. Dessa forma, o linguista afirma que “Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário.” (BENVENISTE, 2006, p. 84). Com relação à situação, Benveniste insere a referência, pois falar é sempre “falar de”. A língua, manifestada através da enunciação, contém a referência a uma situação dada, que, ao ser empregada, sempre faz referência a uma situação de discurso, que envolve locutor (*eu*), alocutário (*tu*) e referência (*ele*). Por isso, a referência integra a enunciação, na qual a língua sempre se encontra em relação ao mundo e, o locutor, sente necessidade de referir pelo discurso para possibilitar ao outro correferi-la, como vemos nas palavras do autor:

[...] na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação (BENVENISTE, 1974/2006, p. 84).

Dessa forma, a relação locutor/alocutário estabelece a intersubjetividade enunciativa. E aqui pontuamos a questão da subjetividade e da intersubjetividade na enunciação benvenistiana, de que trataremos mais detidamente no item seguinte.

Quanto aos instrumentos da enunciação, Benveniste chama as formas que indicam o espaço-tempo (pronomes demonstrativos e possessivos, advérbios temporais e espaciais, locuções adverbiais, adjetivos etc) de indicadores de subjetividade ou, ainda, de indicadores da dêixis, dada a sua condição de poder referenciar o *aqui-agora* do locutor: “Eles são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez eles designam algo novo.” (BENVENISTE, 1974/2006, p. 85).

Assim, os instrumentos de realização comportam os índices específicos, que são as categorias de tempo, espaço e pessoa – responsáveis por assegurarem a referência ao ato e à situação de enunciação; os procedimentos acessórios, que são o modo como as formas linguísticas se engendram; e o aparelho de funções, que possibilita ao locutor influenciar, de certa forma, seu alocutário, por meio da asserção, interrogação ou intimação. A enunciação, desse modo, também condiciona funções sintáticas, que o autor denomina como “aparelho de funções”, isto é, recursos dos quais o locutor faz uso

para influenciar o comportamento do alocutário. Este aparelho consiste nas funções de interrogação, intimação e asserção. A primeira é formada quando a finalidade é suscitar uma resposta do alocutário; a segunda, quando se pretende dar ordens ou fazer apelos; e a terceira, quando se visa a comunicar uma certeza.

A partir da discussão anterior, percebemos que a enunciação é a apropriação da língua por um locutor, não é um produto da língua, mas um ato. O locutor é, então, o centro da referência no ato enunciativo. Se a enunciação é o colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização, a língua só adquire sentido quando transformada pelo locutor em instâncias de discurso, ou seja, a língua em ação é o meio para o locutor chegar ao discurso.

O mais importante para compreender a enunciação não é o conteúdo do discurso, mas sim o próprio ato de produzi-lo. Essa teoria presume a conversão da língua em discurso pelo locutor e, essa mesma língua, só adquire existência no ato enunciativo. O locutor, ao se apropriar da língua por ato de enunciação, atualiza-a em discurso e faz a passagem para sujeito, conforme pontua Flores (2013). Portanto, o discurso é a língua atualizada por um locutor e a (inter)subjetividade somente pode ser pensada por meio dessa atualização, pois antes desse discurso acontecer a língua é potência. Nas palavras do autor “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor [...] e que suscita uma enunciação de retorno” (BENVENISTE, 1974/2006, p.83). O processo de apropriação da língua é o que possibilita o diálogo enunciativo, conforme atesta o linguista a seguir:

[...] a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro [...] Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário. (BENVENISTE, 1974/2006 [grifos do autor], p.84)

De acordo com Silva (2009), um dos objetos delimitadores da linguística da enunciação é o sujeito, tendo em vista que os estudos são dirigidos ao uso da língua a partir do locutor que, a cada vez que se enuncia, preenche um lugar de sujeito no discurso. Dessa forma, não podemos falar de repetição dos dizeres, pois, cada enunciação é sempre única e não pode ser repetida. O ato de enunciação sempre implica um alocutário por parte de quem enuncia, sendo assim, uma alocação implica o *outro*, convocando-o a se presentificar na instância discursiva. Além desse *outro*, no momento

do ato enunciativo, há a necessidade de relação com o mundo, por meio da referência que o locutor utiliza na instância discursiva para falar do mundo e, com isso, possibilitar ao *outro* co-referir.

Cada discurso, sempre único e não passivo de repetição, envolve as pessoas do discurso: um locutor, que se refere como *eu*; e um alocutário, que é referido como *tu*. Toda a língua, quando colocada em emprego, é, portanto, uma alocação e, essa mesma língua é o que possibilita o discurso. Ao enunciar, o *eu* sempre pressupõe a presença de um *tu* (relação *eu-tu*) e situa a sua enunciação em um *aqui-agora*, sendo esse um dos motivos pelos quais toda enunciação é irrepetível. Além do binômio *eu-tu*, o linguista acrescenta ao quadro um *ele*, que representa a referência – de quem ou do que se fala. Nesse sentido, *eu* e *tu* vinculam-se à pessoa, já *ele* é a não-pessoa do discurso. A estrutura enunciativa, por isso, é concebida como *eu-tu/ ele* e a enunciação é caracterizada, assim, pela acentuação da relação discursiva com o outro, fato que caracteriza o quadro figurativo da enunciação, em que há duas figuras na posição de parceiros. Por isso, é importante ressaltarmos que, para o autor, o que caracteriza a enunciação é a “*acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (BENVENISTE, 1974/2006), questões ligadas ao quadro figurativo da enunciação, em que uma figura é a de origem e, a outra, o fim da enunciação, constituindo a estrutura do diálogo.

Essa estrutura de alocação remete-nos ao centro de nosso estudo a (inter)subjetividade na enunciação, fenômeno que passaremos a aprofundar no item seguinte.

1.3. (Inter)subjetividade e referência na enunciação

Neste momento, centraremos-nos na questão da subjetividade e intersubjetividade na linguagem proposta na obra benvenistiana. Para isso, serão utilizados os textos “A natureza dos pronomes” e “Da subjetividade na linguagem”. Porém, antes da publicação desses dois textos, Benveniste expõe, em 1946, com o texto “Estrutura das relações de pessoa no verbo” alguns elementos fundamentais. De acordo com Flores (2013), é nesse texto que o linguista começa uma discussão fundamental para a questão da subjetividade na linguagem, a noção de pessoa/ não pessoa. Neste

artigo, Benveniste fala que os verbos, e também os pronomes, são as únicas palavras de espécies submetidas à categoria de pessoa, sendo que, os verbos, são classificados pelas formas da conjugação de acordo com a pessoa a que se refere.

Há, de acordo com Benveniste (1966/1991) sempre três pessoas no ato enunciativo, não mais do que isso. No entanto, o autor problematiza a consideração do “ele” como pessoa. A noção de pessoa usualmente é atribuída a três pessoas: quem fala, a quem se dirige e de quem se fala. Porém, isso é apenas uma transposição da natureza lexical do *eu*, *tu* e *ele*. O linguista não concorda com a simetria dessas três pessoas. O que é necessário, aqui, é saber como cada uma dessas pessoas se opõe em relação às outras.

Benveniste traz exemplos da língua árabe ao seu texto, pois notou que há uma certa desigualdade entre as primeiras pessoas (*eu*, *tu*) e a terceira pessoa (*ele*). Nas duas primeiras pessoas, *eu* e *tu*, há concomitância no discurso. *Eu* se refere sempre àquele que fala, que inclui a si próprio no enunciado, ou seja, fala de si. Já o *tu* é convocado pelo *eu* e só existe na situação discursiva ao qual é designado, *eu* é quem convoca o *tu* a condição enunciativa. Para Flores (2013), *eu* e *tu* têm traços em comum, o que permite tratá-los como integrantes de um mesmo conjunto: a categoria de pessoa. A primeira e a segunda pessoas pertencem, portanto, à noção de pessoa. O que não ocorre com o *ele* que, dessa forma, é classificado como não-pessoa, pois não fala necessariamente de uma pessoa específica, mas se refere a uma forma sobre alguém ou sobre alguma coisa, faltalhe, portanto, o elemento variável e propriamente ‘pessoal’ (BENVENISTE, 1974/1991). Em outras palavras, *eu* e *tu* não pertencem ao mesmo plano que o *ele*, pois, os dois primeiros sempre são únicos enquanto o último pode se referir a uma infinidade de sujeitos ou até mesmo a nenhum.

Segundo Flores (2013), a questão da inversibilidade é fundamental para a classificação do *ele* como não pessoa. Enquanto *eu* e *tu* são passíveis de inversão na instância do discurso, ou seja, há alteração constante do locutor, no caso de *ele* essa inversibilidade não é possível. Até mesmo entre a categoria de pessoa existem diferenças, um segundo ponto levantado pelo autor é que, mesmo que *eu* e *tu* pertençam à noção de pessoa, são distintos entre si, pois *eu* é pessoa subjetiva enquanto o *tu* é pessoa não subjetiva; nesse caso, o primeiro é transcendente ao segundo. Ao enunciar-se, o locutor sempre pressupõe um alocutário que está fora do *eu*. Essas características, nas palavras de Benveniste, de interioridade e de transcendência pertencem ao *eu* e se invertem em *tu*, quando este assume a enunciação.

A linguagem só é possível pelo fato de que o locutor se apropria dela e, dessa forma, se coloca no papel de sujeito. Só empregamos *eu* quando nos referimos a alguém e pressupomos que o outro seja o *tu*, criando uma condição de inversibilidade do binômio *eu-tu* na situação do diálogo. E no fato do sujeito se marcar como tal, no caso *eu*, encontramos a condição de *subjetividade*.

A subjetividade se constitui na capacidade do locutor se colocar no papel de sujeito, quando atualiza a língua em discurso. Por isso, o índice *eu* é a forma mais aparente de presença do sujeito no discurso, mas as demais formas atualizadas no discurso, resultado da atualização da língua pelo locutor, também atestam a subjetividade da linguagem e a passagem do locutor a sujeito, pois como atesta Benveniste (1966/1991, p. 288), “o fundamento da subjetividade está no exercício da língua”. Por isso, embora Benveniste considere que a língua reserva formas para o locutor se propor como *eu*, todas as formas da língua, quando estão colocadas em atividade pelo locutor na enunciação, possibilitam a passagem do locutor a sujeito. No entanto, para que a consciência de si seja possível, Benveniste comenta que a condição de contraste entre pessoa subjetiva (*eu*) e pessoa não-subjetiva (*tu*) é fundamental. Só utilizo *eu* quando me dirijo a alguém, que será o alocutário da instância discursiva. Como comentamos anteriormente, essa situação dialógica recíproca é o que constitui a marca de pessoa no discurso. Ainda segundo o autor, a polaridade entre as pessoas do discurso é a condição para o processo comunicativo, pois ora assumo o papel de *eu*, ora de *tu*.

Em “A natureza dos pronomes”, o linguista traz a questão dos pronomes na linguagem e nas línguas e, de acordo com ele, os pronomes não constituem uma classe unitária, mas a espécies diferentes segundo o modo de linguagem. Esse texto é primordial para o presente trabalho, pois deslocamos sua reflexão para pensar o lugar dos pronomes na aquisição da linguagem. Seria impossível uma comunicação eficiente se todos os homens tivessem índices particulares para se enunciar na língua. Para evitar problemas como esse, a linguagem, de acordo com Benveniste, reservou um lugar especial para que o homem se marque na língua, quando a coloque em emprego. Essa solução se dá através da criação de signos vazios que não têm relação direta com a realidade, mas que, cada vez que um locutor os assume fazem referência a si mesmo no discurso, caso dos pronomes, pois, em todas as línguas, encontramos formas para referir a quem enuncia e para constituir o outro da enunciação. Por isso, Benveniste argumenta

ser o pronome, um signo vazio que a língua tem para permitir ao homem se marcar no discurso.

Os pronomes se constituem, então, como signos móveis nas línguas. Cada vez que um locutor emprega o *eu* remete exclusivamente àquela instância discursiva que é empregado, não tendo valor fora disso. Para reforçar a ideia posta em questão no texto citado acima, em “A linguagem e a experiência humana”, o autor defende que todas as línguas disponibilizam a seus falantes um sistema referencial para que o sujeito marque-se como pessoa no discurso. Porém, essa referência aos quais os pronomes remetem, só adquire sentido no discurso, fora dele é apenas uma forma vazia de referência, pois não está ligado a nenhum conceito ou objeto.

A polaridade *eu-tu* estabelecida no discurso não implica, necessariamente, que a relação seja simétrica. O *eu* é a pessoa que constitui o *tu* na situação comunicativa. O locutor sempre transcende em relação ao alocutário, embora nem um nem outro possa ser utilizado sozinho, um depende do outro para existir.

Entramos agora no que mais nos é relevante para pensarmos a subjetividade e a intersubjetividade neste trabalho. A língua, como pontuamos anteriormente, é imanente ao indivíduo e transcendente à sociedade. De acordo com o linguista, cada um fala a partir de si próprio, “para cada falante o falar emana dele e retorna a ele, cada um se determina como sujeito com respeito ao outro ou a outros.” (*op. cit*, p.101), O falante se inclui no próprio discurso, colocando-se como participante dessa sociedade ao qual profere enunciados e que se desdobra em uma rede de relações espaço-temporais complexas. Ao colocar-se no papel de locutor, o sujeito no discurso se situa em relação àquela sociedade com a sua cultura.

A língua fornece a cada locutor as suas bases estruturais, o que podemos ver como algo social à comunidade linguística, mas o exercício de fala é individual por meio da apropriação da língua por cada locutor. Os índices que cada indivíduo se vale para o exercício do discurso são as formas pronominais que estão em constante oposição, o *eu* e *tu* que estão em situações diferentes ao *ele*. A primeira oposição, o *eu-tu*, só é possível na condição inter-humana. Já o trinômio (*eu-tu*)/*ele* opõe as pessoas à não-pessoa do discurso. Ao falar do *ele* pressupõe-se que as pessoas do discurso façam referência sobre algo do mundo situado no discurso.

Segundo o linguista, é “numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da

subjetividade.” (BENVENISTE, 1966/1991, p. 287) É necessário deixar de lado as dicotomias entre o *eu* e o *outro*, entre indivíduo e sociedade, pois a sociedade preexiste como a totalidade do indivíduo e este se destaca ao adquirir consciência de si mesmo no exercício da língua com outro, que resulta no discurso, advindo justamente do colocar a língua em funcionamento, como atesta a passagem abaixo:

[...] *eu* se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que chamamos instância do discurso, e que só tem referência atual. A realidade à qual pertence ele remete é a realidade do discurso. É na instância do discurso na qual *eu* designa o locutor que se enuncia como *sujeito*. É portanto verdade que o fundamento da linguagem está no exercício da língua. (BENVENISTE, 1966/1991, p. 288)

A língua se organizou de tal modo que permite que todos os indivíduos se apropriem dela através do termo *eu* e os pronomes são uma das ‘formas’ mais aparentes que revelam subjetividade inscrita na linguagem. Essas formas, por sua vez, dependem de outras classes de palavra para constituir a relação espaço-temporal, como os advérbios, os adjetivos, etc. que se organizam em torno de quem profere o enunciado a partir do *aqui-agora*. Assim, como expomos anteriormente em relação ao *eu* e *tu*, segundo Benveniste, essas referências de tempo e espaço também só adquirem sentido na instância do discurso e não fora dela, visto estarem na dependência do sujeito que profere-se como *eu*. Assim, a temporalidade somente pode ser analisada dentro da instância discursiva. Toda língua organiza-se em função do tempo, um passado, presente e futuro e revela a subjetividade inerente ao exercício da linguagem (BENVENISTE, 1974/2006).

Resumidamente, pelo fato de *eu* ser um signo móvel que pertence à instância do discurso de quem o profere, dizemos que há subjetividade nessas relações *eu-tu*. O *eu* é constituído pelo discurso, variando de acordo com o falante que, ao se marcar, marca sua subjetividade também. Já o *tu* só se constitui em relação ao *eu* que profere um enunciado e assim pressupõe um alocutário que será capaz de responder ao discurso e, portanto, ao responder, assumir o papel de locutor e pressupor o outro como *tu*. Ou seja, a subjetividade é a capacidade do locutor se constituir como sujeito e a (inter)subjetividade envolve o modo como esse locutor, que se marca como *eu*, implanta o outro diante de si (o *tu*), que, ao se inverter, torna-se *eu* e implanta o outro como *tu* em um processo de troca, constante e reversível, entre locutor e alocutário. Conforme o autor, é identificando-se como pessoa única que os locutores se alternam como sujeito,

na instância de discurso própria de quem a enuncia, ou seja, no *aqui* e *agora*. É por meio da linguagem e na linguagem que o homem se fundamenta como sujeito.

É nessa linha de reflexão, fundamental para esse estudo, que tratamos da intersubjetividade, como a condição da presença humana na linguagem na qual *eu* e *outro* se pressupõem mutuamente (FLORES, 2013). Portanto, essa noção se caracteriza pela inversibilidade entre as pessoas do discurso, locutor e alocutário em uma determinada instância discursiva. A intersubjetividade é, pois, a categoria constitutiva do diálogo. Silva (2009), ao relacionar a perspectiva enunciativa à aquisição da linguagem, questão de que nos deteremos mais detalhadamente no capítulo seguinte, argumenta que a noção de intersubjetividade está na instância do discurso e não fora dela. Ainda de acordo com a autora, o *eu* só deixa de ser *eu* quando assume a posição do *tu* no tempo e espaço de fala, marcando, assim, a intersubjetividade que constitui a língua. O ato enunciativo, assim, atualiza as condições de intersubjetividade. Ressaltamos que a intersubjetividade é a condição da subjetividade, pois, para que o sujeito se constitua como tal, é necessário, primeiramente, ser constituído como *tu* na instância discursiva. Por isso, a subjetividade pensada por Benveniste está centrada na relação intersubjetiva. Como essa intersubjetividade possibilita lugares de enunciação para a criança se instaurar em sua língua materna? Essa é uma questão que nos inquieta e da qual procuraremos tratar na sequência deste estudo, que tem como objetivo investigar os modos como a criança faz referência a si e ao outro nos discursos que resultam de suas enunciações.

CAPÍTULO 2

ENUNCIÇÃO E AQUISIÇÃO: (INTER)SUBJETIVIDADE E REFERÊNCIA NO DISCURSO DA CRIANÇA

Neste capítulo, faremos um percurso pelos estudos antecedentes sobre aquisição da linguagem que nos motivaram a escrever este trabalho. A questão da aquisição da língua pelas crianças é um campo instigante, vide os inúmeros estudos encontrados sobre o assunto ao longo da história.

Como nos mostra Scarpa (2001) o campo desperta interesse tanto na área da Linguística quanto da Psicologia. Nos anos de 1950, o linguista norteamericano Noam Chomsky possibilitou estudos sobre aquisição da linguagem embasados nos pressupostos gerativistas. Para o linguista, a apreensão da língua materna é de ordem biológica, já que a criança nasce com um dispositivo inato que a possibilita adquirir língua.

Outra teoria da aquisição da linguagem é o interacionismo social. Nessa teoria, passam a ser levados em conta fatores sociais, comunicativos e culturais para a aquisição da linguagem. Dessa forma, a troca comunicativa entre criança e o outro, bem como a interação social, são vistas como pré-requisito básico no desenvolvimento da língua.

No campo da Psicologia do Desenvolvimento, Piaget e Vygotsky também se interessaram pela questão da aquisição da língua. A abordagem está em oposição à de Chomsky, pois, nessa abordagem, a aquisição e o desenvolvimento da língua são resultados do desenvolvimento do raciocínio da criança e de sua relação com o contexto social. Para Piaget, é o desenvolvimento da função simbólica que possibilita a entrada da criança na linguagem, e isso se dá sob três aspectos: o primeiro é que o sujeito começa a se reconhecer como fonte de seus movimentos; o segundo, se refere a coordenação gradual das ações, ou seja, as crianças passam a ser coordenadas para constituir conexões entre o início, meio e fim; por último, trata-se da permanência do objeto, que se mantém para a criança sem que ela o veja. Vygotsky explica o desenvolvimento da língua através das relações de trocas sociais e comunicativas entre criança e adulto. Para o autor, é a internalização da ação e do diálogo que propicia o

desenvolvimento da linguagem na criança, ou seja, a construção interna de uma realização externa; na relação entre a criança e o mundo, há a mediação do outro.

Nesse mapeamento das perspectivas de aquisição, apresentamos a proposta de Silva (2009) que aborda a aquisição da língua materna pela criança através do deslocamento da teoria enunciativa do linguista Émile Benveniste para esse campo. Para tal deslocamento, a autora concebe a aquisição da linguagem como um ato de enunciação que comporta os sujeitos (criança-*eu*/outro-*tu*) e a língua atualizada no discurso (*ele*), além de trazer um elemento a mais: a cultura para o campo da aquisição da língua. A autora cria, assim, o dispositivo (*eu-tu/ ele*)-*ELE*, ou seja, além das referências as pessoas do discurso (*eu, tu*) e da não-pessoa (*ele*), inclui a figura *ELE* para se referir à cultura que está na língua, pois a apropriação da língua pela criança também incluir a apropriação dos dados culturais impressos nessa língua à qual pertence.

Tendo em vista as muitas teorias e perguntas que rodeiam a aquisição da linguagem, em muitos estudos, notamos a presença de investigações que tratam dos pronomes na aquisição da língua. Nosso questionamento surgiu com a questão de como a criança passa a se referir como *eu* no ato enunciativo, deixando de lado formas como *nêne* e o nome próprio para começar a utilizar os pronomes na autorreferência. A complexidade dessa aquisição envolve a falta de instabilidade que os pronomes possuem, pois são móveis e só fazem sentido dentro da instância na qual são proferidos.

Primeiramente trataremos dos estudos de Issler (1997), que procura relacionar os estudos de aquisição da língua na interface entre a Linguística e a Psicologia. Em um segundo momento, trataremos do estudo de De Lemos (2004) que, assim como Issler, trata da questão dos pronomes pessoais na fala da criança. Seleccionamos estes dois primeiros trabalhos tendo em vista que tratam da questão da aquisição dos pronomes na fala de crianças de contexto brasileiro. Por último, e no qual este trabalho está fortemente ancorado, trataremos das questões envolvendo enunciação e aquisição da linguagem a partir do trabalho de Silva (2009), que trata da questão da aquisição da linguagem em uma abordagem enunciativa.

2.1 Os estudos dos pronomes em Aquisição da linguagem

No estudo desenvolvido em Issler (2009), a autora comenta o fato de que há muito tempo os estudiosos se interessam pela questão de aquisição dos pronomes na fala das crianças em processo de aquisição. A autora trata da relação entre essa aquisição e o desenvolvimento psíquico da criança e, ainda, questiona o papel da fala da mãe dirigida ao seu filho nesse processo. No artigo “A aquisição de ‘eu’ e ‘tu’ na relação mãe-criança: intersecções entre a Linguística e a Psicologia”, a autora parte da observação das formas de referência do falante e do destinatário: a fala da mãe dirigida à criança e a fala da criança, considerando a criança em processo regular de aquisição. De acordo com a autora, uma criança leva cerca de três anos para adquirir os pronomes *eu* e *tu* na sua fala e a utilizá-los adequadamente em todas as situações. Para que saiba seu emprego, o falante precisa aprender que os pronomes designam papéis de fala em uma relação de mútua exclusividade: *eu* - falante; *tu* - destinatário. Além disso, os pronomes referem-se a qualquer sujeito que assuma o papel de falante, sendo assim, uma das questões que causa estranhamento por parte da criança é que, ao ser convocada ao ato de fala é designada como *tu*, porém, ao produzir um enunciado deve designar-se como *eu*. É comum verificarmos o emprego de formas nominais próprias ou outras como “nenê” nos primeiros anos de vida quando a criança se refere a si mesmo, para, apenas depois disso, conseguirem empregar o uso do *eu* e convocar o outro através da forma *tu*.

É fundamental pensarmos também a relação mãe-criança para entendermos um pouco mais desse processo de aquisição da língua materna. Segundo dados da estudiosa citada anteriormente, observa-se que, “por volta dos 0;7 as mães passam a considerar, cada vez mais, os bebês como sujeitos que participam voluntariamente das ações. Por essa época, o uso de pronomes de 3ª pessoa diminui e aumenta o uso de pronomes convencionais de 2ª pessoa - ‘tu’” (ISSLER, 1997, p.85). A autora traz ainda importantes dados sobre psicologia relacionados à aquisição da língua. Segundo Issler, a partir dos 0;5 anos inicia-se um processo de separação-individuação entre *eu* e o outro por parte do bebê, o que inclui a separação com a própria mãe. Essa fase coincide com o que a autora chamou de reconhecimento do bebê como *self* (a pessoa que eu sou) e a consciência do mundo externo.

A autora analisou dados coletados longitudinalmente entre 1;6 e 3;0 de ao menos quatro crianças e buscava observar a fala da mãe com o bebê (ou quando ainda eram crianças pequenas) e a aquisição pronominal das próprias crianças no período já citado. Entre os dados, foi observado que, até os 0;6 houve casos em que a mãe falava

pelo bebê quando estavam apenas mãe-filho na interação; porém, o falar pelo bebê com outra pessoa há uma tendência de perdurar até os 0;9. O que explicaria o fato dessa situação ocorrer até os 0;6 meses é que, após esse período, há um incremento das funções motoras da criança e, assim, um processo cada vez mais evidente de separação-individação. Outra situação interessante verificada é que, comumente, a mãe utiliza enunciados com a 1ª pessoa do plural, *nós*, para se referir a ações que apenas ela praticou, embora a criança estivesse de alguma forma implicada na relação enunciativa. Para a autora, essas situações em que a criança está envolvida na ação da mãe não é vista como um processo de unificação e obscurecimento das distinções mãe-criança.

Em relação a como a mãe se dirige ao filho, Issler (*op.cit.*) verificou que, a partir dos 1;6 anos de idade a mãe refere-se a criança pelo nome próprio da mesma. A medida que a criança cresce esse uso diminui e ocorre o aumento do uso do *eu* por parte do outro, assim como a mãe também nomeia o filho cada vez mais por *tu*: “[...] a mãe, ao dirigir-se ao bebê como um tu, marca, para ambos, a possibilidade de ele vir a preencher plenamente o papel de destinatário.” (ISSLER, 1997, p.94)

Outro trabalho que utilizamos para a escrita deste trabalho é o de Cláudia de Lemos, artigo intitulado “Sobre os pronomes pessoais na fala da criança” publicado em 2004. Neste estudo, a autora se pergunta qual a natureza dos estágios intermediários (entre o estado inicial e o estado estável), partindo do que neles “falha” ou do que lhes “falta”. A linguista discute o fato de que os pronomes pessoais estão relacionados ao apropriar-se da língua e à sua colocação em movimento pelo falante: “Que o identificar-se como falante ao dizer *eu* não seja algo que simplesmente coincida com o fato de ser capaz de falar, o que se infere do caminho longo e tortuoso que os pronomes pessoais trilham na fala de cada criança” (DE LEMOS, 2004, p.11)

Os dados apresentados no artigo em questão mostraram que, a criança, em muitos casos, marca-se como pessoa não por meio de pronome, mas sim na conjugação do verbo. E que, mesmo assim, pode estar instável na fala da criança, como no exemplo abaixo:

(3) (C. e sua mãe brincam com uma boneca. C. pega um boné.
C: *Vai pô.*
M: *Vai pô na boneca?*
C: *Vô.*
(R.1:7:13)

(DE LEMOS, 2004, p.12)

Outro fato muito recorrente é a recuperação da fala anterior por parte da criança sem a conversão do verbo, ou seja, a criança utiliza o pronome *tu* na conjugação verbal quando se refere a si própria. Segundo a autora, a criança reinstaura uma cena com a fala incorporada do outro e, nesse caso, os pronomes *eu* e *tu* se alternam na instância do discurso, mas não designam as pessoas do discurso. Outros dados trazidos pela autora mostram os movimentos realizados pelas crianças na recontagem de narrativas tradicionais, em que, o deslocamento deve ser do *eu* para o *ela* e, desse modo, percebe-se a dificuldade das crianças em deslocar o pronome exigido para a narrativa. Por exemplo, ao contar a história da Branca de Neve a criança deixa a figura de narradora e assume a da personagem, nesse caso, conforme atesta o episódio a seguir.

M: Mas conta mais do filme. A bruxa andou de barco?
C: Andou.
M: Para ir aonde? Ela andou de barco para ir aonde?
C: pá pá á *ela* segou na *minha* janela que eu *tava* dançano
M: Hum
C: E *ela deu* maçã.
[...]
(R. 2:5;5)

(DE LEMOS, 2004, p. 15)

Como argumenta De Lemos (2004, p.17), “ainda que as instâncias narrativa e interlocutiva estejam, por assim dizer, gramaticalizadas, ali está a criança na fronteira entre o narrar e o narrado.” A suposta explicação para esses equívocos é que a narrativa foge ao suposto aqui-agora na instância de discurso, exigindo-lhe mais mecanismos de articulação.

Para a autora, vários pesquisadores, como Jakobson, Jespersen, surpreenderam-se com o fato da aquisição dos pronomes ser tardia. Uma das possíveis explicações para essa aquisição tardia poderia ser a falta de instabilidade referencial dos pronomes. Alguns linguistas caracterizam os pronomes pessoais como *shifters*, pois remetem sempre à mensagem e não ao código, transitando de um para o outro na cena enunciativa, sendo assim compreensível que uma criança que está habituada a designar-se pelo nome próprio não se acostume facilmente a utilizar formas tão abstratas para referir-se a si própria. Desse modo, a criança pode utilizar duas estratégias: uma primeira seria a monopolização da forma *eu*, fazendo dessa forma uma designação

permanente dela mesma. Outra forma encontrada pela criança poderia ser a utilização do *eu* ou *tu* para designar tanto o locutor quanto o destinatário.

Porém, não se pode classificar o pronome de primeira pessoa como total falta de referência, pois, de certo modo, ainda possui um efeito de permanência na fala. Dessa forma, o pronome *eu* se opõe a *ele* ou *este*, pois estes podem mudar de referência a cada situação enunciativa, enquanto aquele mantém uma certa estabilidade por manter a referência à pessoa que se enuncia. Em outras palavras, o *eu* possui certa estabilidade, enquanto o *ele* é caracterizado pela variabilidade. Uma das observações feitas pela autora é a de que, o uso dos distintos tempos verbais, sejam eles de presente, passado ou futuro só se estabilizam na fala da criança quando ela passa a utilizar adequadamente as formas de primeira pessoa, o *eu*.

Como vemos dessa breve exposição, as formas que fazem remissão a quem se enuncia e ao outro da enunciação suscitaram inquietações entre linguistas e pesquisadores de aquisição da linguagem, por isso, nosso interesse em verificar como uma abordagem enunciativa de aquisição pode responder a essas inquietações ligadas ao fato de que os pronomes de primeira e segunda pessoa serem formas móveis que adquirem referência a cada ato de enunciação. Como a criança lida com essa mobilidade e com essa variação de referência? São questões que nos inquietam também e que procuraremos tratar na continuidade do estudo.

2.2 Enunciação e aquisição: intersubjetividade e referência

Nesta seção, voltaremos a tratar da abordagem de Silva (2009), apresentada no livro *A Criança na Linguagem: enunciação e aquisição*. A autora trata a aquisição de língua materna pela criança como um ato enunciativo a partir do dispositivo (*eu-tu/ele*)*ELE*, conforme já descrevemos anteriormente. Interessa-nos neste item verificar o modo como a autora aborda intersubjetividade e referência.

Para a autora, a criança já nasce em um mundo simbolicamente organizado, em que há um *outro* que produz referências para ela, papel que, geralmente, é desempenhado pela mãe no processo de aquisição da linguagem, e, assim, “vislumbramos um jogo de *intersubjetividade* constitutivo da língua em ação, ou seja, constitutivo da *linguagem*” (SILVA, 2009, p.164). O *outro*, mãe, permite que a criança tenha acesso ao simbólico da língua e da cultura nesse processo de apreensão da linguagem. Nesse trabalho, a autora analisou os dados de uma criança de maneira

longitudinal, Francisca, dos onze meses aos três anos e quatro meses. A partir dos dados, a autora procurou mostrar como a criança se instancia no funcionamento referencial e intersubjetivo da linguagem. O dispositivo trinitário (*eu-tu/ele*)-*ELE* proposto pela autora buscou tratar tanto de um sujeito de aquisição da linguagem quanto um sujeito da enunciação como marcando-se no discurso. Na obra, Silva, apresenta que esse trinômio pode ser visto sob dois aspectos: o (*eu-tu/ele*) que pertence ao interior da Linguística da Enunciação; e (*eu-tu/ele*)-*ELE* que convoca a cultura, conforme vemos na passagem a seguir:

O dispositivo (*eu-tu/ele*)-*ELE* possibilita, de um lado, por meio de *eu-tu/ele*, a descrição da enunciação como *ato* (relações enunciativas) e como discurso (constituição referencial e intersubjetiva por meio de marcas formais), de outro lado, a consideração de um sistema de relações e valores culturais, inscritos como *ELE*, como *instância constitutiva* do ato de enunciar não descrita linguisticamente. Assim, por meio da *alteridade* com *ELE* (cultura), consideramos que a criança está na dependência de um *outro*, constituindo-se como sujeito de aquisição como efeito de linguagem. (SILVA, 2009 [grifos do autor], p.279)

Através de três instâncias de intersubjetividade – instância cultural, a da locução e a linguístico-enunciativa – Silva (*op.cit.*) busca respostas sobre o sujeito na aquisição da linguagem na perspectiva enunciativa, por meio de três operações: a de preenchimento de lugar enunciativo, a de referência e a de marcação na língua-discurso e de dupla enunciação. Ao constatar que o sujeito da aquisição da linguagem instaura-se no funcionamento referencial e intersubjetivo da linguagem, Silva (2009) questiona-se: Como ocorre esse movimento? Conforme a autora, a criança enquanto locutor e o alocutário da situação enunciativa estão sempre modificando a relação com língua. O que caracteriza a enunciação é a questão da irrepetibilidade, pois, cada vez que a língua é colocada em funcionamento, o tempo e o espaço, aqui-agora, e as pessoas do discurso, *eu* e *tu* são únicos. Portanto, o sujeito da aquisição da linguagem também deve ser visto se maneira singular na análise dos dados.

Em seu livro, a autora expõe que a criança mostra a apreensão do todo de maneira que sempre produz novos sentidos nos distintos atos enunciativos que profere e que, como cada um desses atos enunciativos carrega os atos anteriores, ocorre que a criança, enquanto locutor, constitui a língua e seja constituída por ela: “acreditamos que cada locutor possui uma história de enunciações, por meio da qual constitui sua língua materna e o sistema de representações de sua cultura, estabelecendo-se, desse modo, como sujeito de linguagem”. (SILVA, 2009, p.286) Dessa forma, a língua é vista como

instância intersubjetiva e essa condição é o que torna a língua-discurso possível e constitui a criança como sujeito falante de sua própria língua.

A análise dos fatos enunciativos da criança permitiu a autora defender que a operação de preenchimento de lugar enunciativo é condição para a criança instanciar referência no discurso (segunda operação) e inscrever-se enunciativamente no discurso (terceira operação). Cada operação, presente em cada mecanismo enunciativo, aponta, conforme a autora, mudanças que acredita serem gerais no ato de aquisição da linguagem: na primeira, ocorre a passagem do preenchimento de lugar enunciativo a partir do outro para o reconhecimento do efeito que esse lugar provoca no outro; na segunda, a passagem da referência mostrada para a referência constituída no discurso e, na terceira, a passagem de um uso discursivo da linguagem para um uso em que a enunciação constitui outra enunciação.

No nosso estudo, torna-se interessante verificar como, por meio de formas para se autorreferir e referir o outro, a criança preenche um lugar enunciativo e é convocada a preencher esse lugar.

2.3. (Inter) subjetividade e referência no ato de aquisição da linguagem

Após essa exposição dos estudos sobre aquisição da linguagem, nosso questionamento é como se dá o processo em que a criança passa a se enunciar como *eu* no discurso no processo de aquisição de linguagem, quais os mecanismos ela utiliza para se autorreferir e, ainda, quais as marcas que ela utiliza para marcar o interlocutor da enunciação.

É sabido que os pronomes possuem uma certa instabilidade referencial na língua, ou seja, só adquirem sentido no discurso e sempre remetem àquelas pessoas que o utilizam naquele momento. Os pronomes só adquirem referência, então, na realidade da instância discursiva da qual fazem parte. Antes de essas formas pronominais estarem estabilizadas no discurso da criança, conforme os estudos que realizamos, ela procura trazer outras formas para referir a si e ao outro até o momento em que a forma *eu* se consolide no discurso para se autorreferir e constituir o outro como *tu*. A confusão experienciada pela criança é como *eu* pode se referir a todas às pessoas e a ela própria no discurso. Dessa forma, para que consiga autorreferir-se como *eu*, ela deve adentrar

no jogo simbólico da linguagem, na qual os pronomes, como argumenta Benveniste só adquirem sentido na instância discursiva na qual estão inseridos, não adquirindo, portanto, sentido fora do *aqui-agora* do ato enunciativo.

A intersubjetividade é inerente à linguagem e à interlocução entre as pessoas do discurso. É a enunciação que permite a emergência da intersubjetividade, pois esse ato implica em trocas entre locutor e alocutário. Mesmo que a criança não utilize ainda os índices *eu-tu*, que são marcadores da intersubjetividade, é importante ressaltar que, desde o início da aquisição, já se propõe como sujeito, antes mesmo de se enunciar com o pronome *eu*.

A maneira encontrada pela criança, conforme apontam os estudos, é a utilização de outras formas como *nenê*, *bebê* ou o nome próprio da criança para fazer remissão a si nos discursos. Podemos verificar também que a criança percebe que é um ser individual - mesmo quando não se utiliza de palavras - por meio da utilização de gestos, expressões e posturas que já podem ser interpretados pelo outro. Esse *tu* atribui valores a esses movimentos e, assim, introduz a criança em um jogo simbólico e a coloca na posição de sujeito no discurso. Ao fazerem isso, os interlocutores da criança a provocam a ocuparem um lugar na enunciação e a se inverter para produzir discurso e fazer a passagem de locutor a sujeito.

Quando faz essa passagem, a criança atualiza formas para constituir a referência, parte fundamental dos processos de subjetividade e intersubjetividade, pois, ao enunciar, o locutor, de acordo com Benveniste, tem a possibilidade de se referir pelo discurso. Para o alocutário, participante desse mesmo ato, há a possibilidade de co-referir. Nesse sentido, intersubjetividade e referência encontram-se entrelaçadas.

Ao longo do processo de individuação da criança em relação à mãe, há, principalmente, as formas para acentuar a relação intersubjetiva, que se complexificam nas situações de enunciação. Assim sendo, podemos notar que, nos primeiros meses de vida, é a conjunção *eu-tu*, atrelada à marca constitutiva de pessoa da situação enunciativa, conforme aponta Silva (2009), em que a criança está na dependência do outro, e, nesse caso, *eu-tu* formam uma unidade constitutiva. A separação criança-outro comparece via disjunção *eu/tu*, relacionada à constituição de pessoa-subjetiva *eu* em detrimento na pessoa não-subjetiva *tu*, segundo mostra o estudo de Silva (*op.cit.*)

O que suscita nosso interesse é o de verificar formas que estão relacionadas a esse movimento de passagem da conjunção à disjunção no ato de aquisição da linguagem, que nos parece estar ligada ao jogo de formas que a criança usa para se

autorreferir e referir ao outro de sua alocução, questão de que trataremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

DA METODOLOGIA À ANÁLISE DE FATOS ENUNCIATIVOS DA CRIANÇA

No presente capítulo, contextualizamos o leitor sobre os fatos de linguagem que serão realizados neste estudo. Apresentaremos os critérios utilizados para a seleção e análise dos fatos. Para isso, discutiremos, brevemente, de início, a noção de dado em aquisição da linguagem a fim de buscar explicações para nossas problemáticas de pesquisa deste trabalho. Em um segundo momento, abordaremos e analisaremos os fatos enunciativos selecionados para pensarmos a aquisição dos pronomes *eu-tu* na fala da criança no momento da aquisição da língua materna e como se instanciam a subjetividade e a intersubjetividade nessas situações enunciativas.

3.1 Da metodologia

Buscamos fatos de linguagem que mostrassem como os pronomes aparecem ao longo do processo de aquisição da língua. Para justificar nossa seleção pelo termo *fatos enunciativos de linguagem* e não dados, ancoraremos tal questão no estudo de Perroni (1996) que discute o que é dado em aquisição da linguagem. Para a autora, devemos considerar que o pesquisador nunca trará o dado bruto, pois sempre fará recortes e seleções a partir da teoria eleita a fim de buscar respostas às suas perguntas.

A autora aponta que o investigador age com dois filtros no processo de seleção de dados: o primeiro é no momento da coleta e o segundo na interpretação ou análise. Quanto à coleta, o pesquisador toma decisões diante da seleção dos sujeitos e da forma como obterá o dado pretendido; já o segundo refere-se à interpretação que o investigador faz sobre o dado obtido. Tendo em vista que, ao investigar, sempre buscamos responder aos nossos questionamentos, o investigador já coleta os dados com uma visão particular a partir da teoria de linguagem eleita.

Nosso trabalho está ancorado na discussão proposta por Silva (2009) que relaciona a Aquisição da Linguagem à perspectiva da Enunciação de Émile Benveniste. Esse, portanto, é o olhar teórico que direciona nosso olhar para os fatos de linguagem. A autora constitui um *corpus* que compila entrevistas realizadas, longitudinalmente, entre onze meses e os três anos e quatro meses de uma criança, Francisca. A informante

pertence a uma família de classe média, de nacionalidade brasileira e exposta ao português como língua materna, destacamos ainda que é residente da região metropolitana de Porto Alegre.

Nos dados, Francisca, aparece em situações de interação com a família (pai, mãe, irmãos), a tia (investigadora), a avó, a babá e outras pessoas do convívio de sua família. No momento da coleta de dados, a criança não frequentava a escola infantil, portanto, seu único contato com a língua se dava no meio social da família. Como estamos lidando com dados de aquisição da linguagem, os gestos que a criança demonstra são primordiais para que se instaure a situação comunicativa. Dessa forma, a pesquisadora utilizou-se de filmagens das situações comunicativas envolvendo a criança e o outro para uma maior compreensão da interação entre os envolvidos no discurso.

Assim, examinamos alguns fatos enunciativos, e nos propomos a responder os seguintes questionamentos:

1. Como se dá o processo em que a criança passa a se enunciar como *eu* no discurso no processo de aquisição de linguagem?
2. Quais mecanismos a criança utiliza para se autorreferir e referir ao outro, quando ainda não dispõe de índices específicos de pessoa?
3. Qual o papel das funções enunciativas de interrogação, de asserção e de intimação para promover a inversibilidade enunciativa e a instauração de um espaço para a criança atualizar as demais formas na língua?

A fim de respondê-los, no item seguinte, selecionamos alguns fatos extraídos de Silva (2009). Considerando as noções aqui apresentadas sobre enunciação, língua e discurso atrelados à teoria enunciativa de aquisição da linguagem procuramos recortes enunciativos que atestem as marcas de (inter)subjetividade presente no discurso da criança-outro e como se dá o movimento de autorreferência através do pronome *eu*.

Na tabela a seguir, trazemos algumas convenções da transcrição que são importantes para a análise e leitura dos dados.

Episódio	Locutor-criança seguido de sua idade no momento da fala (anos; meses; dias) Participantes Registro de quem está interagindo com a criança no momento
Participantes	Registro de quem está interagindo com a criança no momento
Situação	Breve comentário contextualizando a situação enunciativa Com

	Comentários sobre a situação enunciativa
Com	Comentários sobre a situação enunciativa
[=]	Eventos não-verbais e breves explicações
(...)	Trechos desconsiderados
[?]	Dúvida de transcrição
XXX	Frase não compreendida pelo transcritor
@ @ @	Pausas longas MAIÚSCULAS Tom de voz elevado
Negrito	Trechos do discurso que serão referidos na análise
MAIÚSCULAS	Tom de voz elevado

Tabela 1 – Convenções utilizadas na transcrição dos fatos enunciativos

3.2. Da análise dos fatos enunciativos da criança

Das convenções de transcrição, passamos, a seguir, a apresentar os fatos enunciativos de linguagem da criança e a análise, de ordem qualitativa, empreendida acerca das relações intersubjetivas criança-outro, constituídas nos recortes discursivos, por meio da exploração das formas de correferência e de referência ao outro, presentes nesses discursos.

Recorte Enunciativo A

Participantes: CAR (tia, filmando) e MÃE

Data da entrevista: 18-11-2002

Idade da criança: 2;1.12

Situação: FRA está em sua casa. Conversa com CAR, brincando de telefonar e, depois, com suas bonecas. Eventualmente, a MÃE participa da conversa.

Com: FRA deixa o telefone pendurado pelo fio.

CAR: vai caí

FRA: não vai caí

Com: silêncio.

FRA: **nenê aguia tia** [= com o telefone na mão]

CAR: ãh?

FRA: **nenê aguia**

CAR: não entendi

FRA: **nenê aguia**

CAR: nenê é sem vergonha?

FRA: **nenê aguia mãe**

FRA: nenê

CAR: cadê teus nenê? Cadê teus nenê?

FRA: não sei

Recorte Enunciativo B

Participantes: CAR (filmando); EDU (irmão de 8 anos); AVÓ; MÃE e PAI

Data da entrevista: 16-02-2004

Idade da criança: 3;04.11

Situação: FRA está em sua casa, interagindo com CAR, na maior parte do tempo e conversando com os familiares. É o dia do aniversário de sua MÃE.

Com: FRA, CAR e EDU conversam no pátio da casa de FRA.

CAR: (...)mas Queca, conta tu botô um cd no carru do pai? Comu é qui é a história?

EDU: botô dois juntu [= risos]

CAR: dois juntu?

EDU: dois

CAR: [= risos] e não dexô ele iscutá o jogu?

FRA: não

CAR: coitadinho do papai

FRA: XXX

CAR: o que qui tu falô pra ele daí?

FRA: ô pai, **me dexa eu iscutá** música pur favô e ele di e ele ficô brabu ah dexa o pai iscutá ãh jogu? Dexu, e aí eu quilia jogá ãh eu quilia ligá a minha música aí buu @ o pai quilia vê o jogu

CAR: e tu ficô braba?

FRA: **fiquei**

CAR: e aí o que qui tu dissi?

FRA: ô pai, **faz um favô dexa eu @ eu ir jogá? @ Eu jogá música**

CAR: [= risos] jogá música

FRA: aí ele ficô babu aí

Como já destacamos, a criança, desde o início da aquisição, já se implanta como sujeito, ao se enunciar, antes mesmo de se enunciar como *eu*, através da utilização de outras formas como *nenê* ou o nome próprio da criança até que a forma *eu* esteja estabilizada no seu discurso. No Recorte Enunciativo 1 de Silva (2009), encontramos um fato linguístico em que podemos perceber que a utilização do *eu* não ocorreu na instância discursiva ou não está estabilizado.

A criança, então com dois anos e um mês, não utiliza essa forma pronominal no discurso. Benveniste argumenta que a língua “deixa” um espaço para o homem se

marcar na linguagem através dos pronomes. Como FRA ainda não conseguiu estabilizar o uso dos pronomes em seu discurso, procura outras formas enunciativas² que a possibilite relacionar-se com o outro e, dessa forma, marcar sua subjetividade como locutor capaz de enunciar e produzir significados. A forma encontrada pela criança para se autorreferir é *nenê*, que embora seja uma forma de não-pessoa, é utilizada como forma que constitui a pessoa-subjetiva no discurso.

Caso se utilizasse de formas como seu nome próprio, este também seria um dos mecanismos encontrados pela criança em aquisição para se marcar na língua como pessoa-subjetiva. Outra observação é que, tendo em vista a utilização da não-pessoa *nenê*, o interlocutor (CAR), neste recorte, não compreende que a forma se equivaleria ao uso do *eu* na instância do discurso e interpreta como se a criança tivesse referindo elementos fora da relação enunciativa *eu-tu*. É pela insistência na produção de asserções pela criança que percebemos que a forma “nenê” faz autorreferência ao locutor-criança.

Podemos inferir que um dos motivos que levam a criança a utilizar seu próprio nome ou outras formas como *nenê* está ligado ao fato de que a criança ainda está na dependência do outro, aspecto da conjunção *eu-tu*, que possivelmente a fala “dela” e “nela” como essa forma *nenê* comparece no discurso da criança. Como ainda não estabilizou os pronomes em sua instauração na língua materna, a criança manipula as formas que lhe são dadas pelo *outro* na enunciação para construir seus próprios enunciados. Conforme avança na apreensão da língua e, conseqüentemente, na cultura à qual está inserida e impregnada nas formas da língua, passa utilizar os pronomes até o momento que se estabilizem no seu discurso.

É justamente esse jogo em que na compreensão do diálogo a criança assume a posição de *tu* e na produção assume como *eu* que reside nossa problemática. Ela precisa assimilar essas formas e seu funcionamento para que os pronomes se estabilizem na língua. Para que isso ocorra, a criança deve compreender uma série de condições, como o fato de que *eu-tu* designarem papéis de fala onde o *eu* é o falante e o *tu* é o destinatário. Outro ponto importante para sua aquisição é perceber que os pronomes destinam-se a qualquer falante que os assumam no ato de enunciação, não possuindo referência na realidade, pois só adquirem sentido na instância do discurso.

Como vimos, Issler (1997) aponta que é por meio do processo de separação-individualização entre mãe e bebê que a criança passa a se referir como *eu*. Porém, na

² Formas que comparecem no discurso da criança, mas ainda não reconhecidas como pertencentes à língua socializada, conforme aponta Silva (2009).

tese desenvolvida por Silva (2009), observamos que, além desse processo de individualização, a criança também vai, cada vez mais, assimilando e apreendendo os aspectos culturais que estão imbricados à língua por meio das formas atualizadas no discurso, caso de *nenê* para se autorreferir e constituir a intersubjetividade enunciativa. A criança traz outras formas de não-pessoa para o discurso para referir a si e ao outro até o momento em que a forma *eu* se estabilize no discurso para referir a si e constituir o outro como *tu*.

Para exemplificar nossa discussão exposta acima, trouxemos o Recorte Enunciativo B. Nele podemos observar que FRA, já conta com três anos e quatro meses, estabilizou o uso do pronome *eu* em seu discurso. Outra inferência interessante observada é que, a informante já consegue realizar narrativas utilizando o passado. De Lemos (2004) argumenta que os usos verbais em passado, presente e futuro se estabilizam no discurso da criança a partir do momento em que o uso do *eu* também já está consolidado. Como podemos perceber no segmento “[...] e ele di e ele **ficô** brabu ah dexa o pai escutá ãh jogu?[...]”, podemos afirmar que, através do Recorte Enunciativo B, a criança já está com as formas *eu-tu* consolidadas pois, em sua instância discursiva, narra a história no tempo passado.

Observamos também que o *eu* é constituído de maneira distinta ao *tu* e ao *ele*. Os pronomes *eu-tu*, possuem instabilidade na referência, porém, ainda assim há um sentido de permanência (De Lemos, 2004) do pronome *eu* em relação aos outros pronomes. Isto porque na referência através do *eu* existe um certo efeito de permanência. *Eu* sempre é quem designa *eu*, ou seja, a criança, quando estabilizar essa forma, sempre se autorreferirá como *eu*. Já com *tu* (ou *ele*) sempre haverá mudança referencial, sempre designará a quem eu nos dirigimos e sobre o que. Dessa forma, o *eu* se constitui como uma referência mais ou menos estável.

Recorte Enunciativo C

Participantes: CAR (tia, filmando); PAI; MÃE e EDU (irmão de 7 anos), MIC (amigo do PAI) e LUC (dindo)

Data da entrevista: 16-12-2002

Idade da criança: 2;2.11

Situação: FRA está em sua casa, interagindo com os familiares.

Com: o PAI de FRA conversa com MIC, amigo de seu PAI, e LUC, dindo. FRA observa a interação entre eles. Depois MIC começa a provocar FRA.

MIC: tu é feia
FRA: é feia
MIC: ai meu juelhu, ai meu juelhu
FRA: ai meu jueiu
MIC: olha tu machucô o juelhu tá saindu sangui ó
FRA: aindu sangui
MIC: saindu sangui aí
FRA: eu vô saí sangui
MIC: tu é feiosa
FRA: é feiosa
MIC: eu não vô te dá cachorru
FRA: não @ não dô chachorru
EDU: [= risos]
FRA: viu?
MIC: tu é feia, tu feiz cocô nas calça
FRA: feiz cocô a calça
PAI: feiosa
FRA: **fiosa é tu**
(...)
MIC: tu é feiosa
FRA: é fiosa
MIC: eu vô atirá uma pedra em ti agora @ tu é feiosa
FRA: ãh?
CAR: [= risos]
MIC: tu é feiosa
FRA: é fiosa
MIC: eu não gostu de ti
FRA: não?
MIC: não
CAR: [= risos]
MÃE: [= risos]
PAI: o que qui ela disse?
FRA: não gósa de ti [= risos]
CAR: [= risos]
FRA: [= risos]
CAR: o Mica não gosta de ti?
FRA: ah ah XXX NÃO QUÉO FIOSA
CAR: hein Queca o Mica não gosta de ti?
FRA: NÃO
CAR: mas qui danadu!
MIC: eu não gostu de ti
FRA: não dexu
MIC: eu não gostu de ti
FRA: **não gósu de ti** [= apontando para MIC]

MIC: tu é feia

FRA: **é feio**

Com o Recorte Enunciativo C extraído de Silva (2007) procuramos exemplificar o movimento que a criança realiza na enunciação. Em primeiro lugar, podemos verificar que o uso do *eu* já está estabilizado do discurso da criança a partir dos excertos selecionados, tendo em vista que ela se autorrefere como sujeito-*eu* em todas as instâncias enunciativas. Em segundo lugar, notamos que ela já é capaz de utilizar o pronome *tu* para convocar o outro a participar do discurso.

No início desse fato enunciativo, notamos que FRA apenas imita ou repete os dizeres do outro e incorpora ao seu discurso. Porém, à medida que a situação comunicativa se desenrola, FRA passa a marcar sua subjetividade. Primeiro utiliza a forma *eu* e, posteriormente, passa a designar o outro como *tu*, discordando dele inclusive.

Podemos observar ainda que, até um certo momento, no Recorte Enunciativo C, FRA apenas incorpora a fala do outro em seu próprio discurso, como já comentamos a respeito. Como postulou Silva (2009) através do dispositivo (eu-tu/ ele)-ELE, a criança está inserida na linguagem dos homens e, ao adquirir a língua, adquire também sua cultura. Conseguimos observar que, após MIC dizer a FRA “feiosa”, ela se posiciona no enunciado. Neste recorte, a criança sabe que ‘feiosa’ é um termo visto negativamente em nossa cultura e por isso rebate ao alocutário através da sentença “fiosa é tu”, constituindo o interlocutor neste lugar enunciativo, antes endereçado a ela.

Benveniste (1974/2006) argumenta que a interrogação é “uma enunciação construída para suscitar uma *resposta*” (BENVENISTE, 2006[grifos do autor]) Esse é um dos mecanismos que FRA dispõe para intimar o outro no discurso. No decorrer da situação, após MIC comentar “eu não gostu de ti”, FRA o convoca através de uma pergunta, que suscita uma resposta. Transforma, assim, a asserção do interlocutor, quando este se colocava como “eu”, em interrogação, questionando os sentidos enunciados pelo interlocutor. Nesse sentido, a criança assume-se como “eu” e implanta o outro no lugar de “tu” em uma reorganização de funções. Uma das características fundamentais da enunciação é a de segundo Benveniste, a acentuação da relação discursiva com o parceiro, o qual FRA efetua ao convocar MIC para a interação. Funda-se, assim, no princípio da intersubjetividade, posicionando-se como *eu* e constituindo o *tu* ao responder aos seus discursos.

Para Benveniste, os pronomes são fundamentais para a comunicação intersubjetiva, pois, ao se apropriar dessas formas vazias de referência, o locutor acaba por inserir-se no sistema de conversão da língua em discurso. Observamos, primeiramente, a instauração da condição de intersubjetividade através da presença do outro para o qual me enuncio, e FRA marca, no decorrer do discurso, sua subjetividade também, ou seja, sua capacidade de se propor como sujeito na enunciação e o faz valendo-se da forma *eu*, já estabilizada na sua língua. Dessa forma, podemos constatar que a estabilização do *tu* só ocorre após o *eu* estar estabilizado na língua da criança.

Isso nos leva a pensarmos nossa última problemática que diz respeito a quais funções enunciativas provocam a inversibilidade na fala da criança e a atualização de pessoa no discurso. Na sequência do recorte, CAR a questiona em relação aos enunciados anteriores através da interrogação. Ao ser questionada, FRA responde ao que lhe foi solicitado. Através dos fatos enunciativos de FRA, podemos notar que, é, na maioria das vezes, por meio da interrogação do outro endereçada à criança, que esta passa a utilizar o *eu* na instância do discurso, como atestam os recortes enunciativos. Ou seja, é a partir da convocação do outro, que a criança marca-se como pessoa-subjetiva *eu* implanta o outro como *tu*, atualiza, assim, a cena discursiva.

3.3 Da análise à reflexão: movimento de autorreferência e de referência ao outro no ato de aquisição da linguagem.

Neste momento retomamos nossas questões postuladas anteriormente e, a partir das análises dos recortes enunciativos, procuramos tratar de cada uma delas.

Nosso primeiro questionamento se refere a como se dá o processo em que a criança passa a se enunciar como *eu* no discurso. Como observamos nos fatos analisados, a forma *nenê* assume o sentido de *eu* no Recorte Enunciativo 1 de modo semelhante ao uso do pronome no Recorte 2. Podemos observar que o processo de separação entre a criança e o outro possibilita que ela tome a língua para si, preenchendo o lugar de locutor. Assim, as formas distintas fazem referência ao *eu* que se enuncia e fundam a criança como sujeito no discurso.

Como mencionamos anteriormente, a criança, nos primeiros meses de vida, age na dependência do outro. Visto desse modo, é compreensível que se autorrefira como *nenê* ou o nome próprio, em razão do modo como o *outro* a convoca para o discurso,

principalmente no primeiro ano de vida. A partir do momento em que o outro a convoca a partir do uso pronominal *tu*, a criança passa a compreender que também pode se autorreferir como *eu* no discurso e instaurar o alucutário como *tu*. Primeiro, apreende que o *eu* se aplica a quem fala, e que este pronome possui uma certa estabilidade, pois ela sempre utilizará essa marca para se autorreferir no discurso. Em seguida, deve compreender que o *tu*, assim como o *eu* são pronomes que possuem sentido somente na realidade do discurso.

É a intersubjetividade que possibilita a subjetividade na enunciação. O *outro*, ao instaurar a intersubjetividade, convocando a criança, possibilita que ela se instaure na instância discursiva. Benveniste (1966/1991, p.286) argumenta que a consciência de si só se torna possível através do contraste com o outro. A criança, para utilizar o *eu* e convocar o outro com a forma *tu* precisa compreender a estrutura simbólica do diálogo que constitui as pessoas do discurso. É justamente, após compreender essa polaridade, em que posso me constituir como *eu* e o outro como *tu* e, inversamente, o outro pode se constituir como *eu* e me nomear como *tu*, que a criança estabiliza o uso das formas pronominais.

Em relação à referência ao alocutário e à não-pessoa do discurso aparentemente notamos que pode ser feita, através de gestões e da intervenção do outro no discurso da criança, porém, não nos deteremos nessa questão, pois nosso foco está centrado no uso verbal, e não nos usos não-verbais, como os gestos.

No início de seu processo de aquisição, a criança está na dependência do movimento do *outro* sobre ela para se instaurar no discurso. Conforme avança seu processo de apreensão da língua, a criança se utiliza de formas nominais como *pai*, *mãe*, *tia*, *vó* para atingir o *outro* nos seus enunciados e convocá-los à instância enunciativa. Como notamos nos Recortes A e B, a criança utiliza as formas “pai”, mãe” e “tia” para dialogar com o *outro*.

É importante pontuarmos também que a criança, em processo de aquisição, não adquire a língua isoladamente, mas também todo o conjunto de práticas culturais que regem aquela comunidade. Para compreender essas funções pronominais, a criança deve compreender o jogo simbólico da língua. Como podemos observar no Recorte Enunciativo C, a criança responde ao outro se situa na instância do discurso, a partir de inferir valor cultural negativo da palavra “feiosa” e, a partir disso, posiciona-se na enunciação, convocando o adulto através do uso pronominal *tu*.

Quanto à nossa última questão levantada, que se relaciona às funções enunciativas que promovem a inversibilidade na fala da criança e a atualização de pessoa no discurso, podemos notar que é, principalmente, por meio da interrogação do outro, que a criança se sente convocada a se enunciar e a utilizar o *eu* na instância do discurso. Ou seja, a interrogação, ao suscitar resposta, convoca a criança a se marcar como *eu* no discurso e, conseqüentemente, implantar o outro (*tu*) diante de si.

Os enunciados produzidos na instância do discurso colocam a criança e o outro no centro da referência a partir da intersubjetividade, ou seja, para que um enunciado seja possível, o *eu* deve pressupor um *tu*, assim, a intersubjetividade é a condição da subjetividade, só através dela o *eu* pode se enunciar como tal e fundar-se como sujeito no discurso. Dessa maneira, os enunciados produzidos pelo locutor produzem efeitos no seu alocutário para constituírem, por meio da relação entre enunciados e pela inversibilidade enunciativa, a comunicação intersubjetiva. Por fim, nossa análise dos fatos enunciativos aponta-nos que a constituição de referências pela criança está na dependência do movimento de enunciação/co-enunciação, visto se tratar do efeito da enunciação do outro sobre a da criança e do efeito da enunciação da criança sobre a do outro. É o outro que introduz a criança no jogo simbólico da língua, por meio da cultura intrínseca à sua língua materna. Ao apreender esse jogo, a criança passa, cada vez mais, a introduzir-se nessas instâncias discursivas, a produzir enunciados em sua língua materna e, mais especificamente, a adentrar na língua e a estabilizar o uso dos pronomes *eu* e *tu*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste trabalho, a partir da teoria enunciativa de Émile Benveniste com a aproximação para o campo da aquisição de linguagem da criança (SILVA, 2009), propor uma reflexão sobre a autorreferência pela criança e referência ao outro no seu ato de aquisição da linguagem. Nossa trajetória, que culminou em análises de fatos enunciativos de criança, começou com a abordagem das noções de Émile Benveniste de linguagem, língua, enunciação e discurso e, depois, foram constituídas as reflexões sobre subjetividade e intersubjetividade na linguagem para ancorar um estudos sobre as pessoas do discurso.

Para o linguista, a linguagem é a condição fundamental para que um homem atinja outro homem no mundo. Nunca encontramos um homem sozinho, mas sempre um homem falando com outro homem. Ela é vista como uma faculdade simbólica atrelada à atribuição de sentidos, mas só através de uma língua particular que essa faculdade pode ser exercida ao ser colocada em atos enunciativos. Assim, a língua, atualizada em discurso, por meio da enunciação, é o que possibilita a comunicação intersubjetiva e a atribuição de sentidos.

Por isso, um dos pilares para a constituição deste trabalho relaciona-se aos conceitos de intersubjetividade e subjetividade para Benveniste. A subjetividade se instaura a partir da condição de intersubjetividade, visto que, para que o sujeito se constitua como um *eu* no discurso, é necessário que o outro o instaure como *tu* no ato enunciativo. Dessa forma, é o ato enunciativo que atualiza as formas da intersubjetividade no discurso. O *eu* só deixa essa posição quando assume a voz de alocutário (*tu*) no tempo e espaço de fala e é justamente nessa relação de polaridade que se funda a intersubjetividade.

Nossa leitura dos estudos anteriores sobre aquisição da linguagem nos levaram a três autoras, Issler (1997), De Lemos (2004) e Silva (2009). As duas primeiras produziram pesquisas sobre a questão da aquisição pronominal na fala da criança. Já Silva (2009) postulou, a partir da teoria enunciativa de Benveniste, o dispositivo de aquisição da linguagem (*eu-tu/ele*)-*ELE*. Nesse dispositivo, a autora trata a aquisição como um ato, em que estão implicados criança-outro e a língua com a sua cultura.

A partir dessa última perspectiva, analisamos alguns fatos enunciativos de uma criança, FRA. Na análise, podemos notar que a criança se utiliza de formas nominais e

outras como *nenê*, *bebê* para se marcar no discurso. A partir da separação e individuação, bem como da apreensão da cultura inerente àquela língua, a criança passa a se enunciar como *eu* na instância discursiva. Em relação à aquisição do *tu*, podemos notar que a criança utiliza formas nominais para se referir ao outro antes da estabilização deste pronome, como *pai*, *mãe*, *tia*. Nossa última problemática tratava das funções enunciativas que promoviam a inversibilidade criança-outro. Podemos notar que é, principalmente, através da interrogação do outro endereçada à criança, que esta ocupa um lugar enunciativo e se marca como *eu* para implantar o outro como *tu* no discurso.

Por fim, concluímos que enunciar é sempre co-enunciar e isso marca a relação dialógica presente não apenas na aquisição da linguagem, mas nas demais situações de emprego da língua, em que *eu* e *tu* estamos em diálogo constante, ora como locutor, ora como alocutário, marcando a relação de intersubjetividade inerente à linguagem.

Entre os desafios encontrados, pouco ou quase nada encontramos sobre a questão da aquisição do pronome *tu* na aquisição da linguagem, não apenas nesta perspectiva, como em outras teorias da aquisição da língua. Dessa forma, isso poderiam ocasionar estudos futuros sobre essa questão visto se tratar de um assunto não tão explorado como a questão da aquisição do *eu*. Outro estudo que poderia vir a ser realizado diz respeito à questão da importância dos gestos nessa relação com o *outro* na aquisição e como isso o convoca a criança a se enunciar. Essas perguntas foram levantadas ao longo da elaboração deste trabalho, porém não podemos respondê-las aqui. Fica a ideia para novos estudos na área de aquisição da linguagem pelo viés enunciativo.

Portanto, esperamos que esta pesquisa motive outros estudos na área sobre a aquisição pronominal a fim de enriquecer os estudos enunciativos sobre a aquisição da linguagem.

Referências Bibliográficas

BENVENISTE, Émile. (1976) A forma e o sentido na linguagem. In: _____. **Problemas de linguística geral II** – 2ª Ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

_____. (1965) A linguagem e a experiência humana. In: _____. **Problemas de linguística geral II** – 2ª Ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

_____. (1956) A natureza dos pronomes. In: _____. **Problemas de linguística geral I** – 4ª Ed. – Campinas, SP: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

_____. (1966) Categorias de pensamento e categorias de língua. In: _____. **Problemas de linguística geral I** – 4ª Ed. – Campinas, SP: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

_____. (1966) Da subjetividade na linguagem. In: _____. **Problemas de linguística geral I** – 4ª Ed. – Campinas, SP: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

_____. (1974) Estrutura da língua e estrutura da sociedade. In: _____. **Problemas de linguística geral II** – 2ª Ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

_____. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: _____. **Problemas de linguística geral I** – 4ª Ed. – Campinas, SP: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

_____. (1964) Os níveis da análise linguística. In: _____. **Problemas de linguística geral I** – 4ª Ed. – Campinas, SP: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

_____. (1970) O aparelho formal da enunciação. In: _____. **Problemas de linguística geral II** – 2ª Ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

_____. (1963) Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: _____. **Problemas de linguística geral I** – 4ª Ed. – Campinas, SP: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

DE LEMOS, Cláudia. **Sobre os pronomes pessoais na fala da criança**. Letras de Hoje: Porto Alegre. V.39, nº3, setembro de 2004.

ISSLER, Denise Silveira. **A aquisição de 'eu' e 'tu' na relação mãe-criança: intersecções entre a Linguística e a Psicologia**. Letras de Hoje. Porto Alegre. V.33, nº2, junho de 1998.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2013.

PERRONI, Maria Cecília. O que é dado em aquisição da linguagem. In: CASTRO, Maria Fausta Pereira (org.) **O método e o dado no estudo da linguagem**. Campinas, SP: Editora da INICAMP, 1996.

SCARPA, Ester Mirian. **Aquisição da Linguagem**. In: MUSSALIM, F., BENTES, A.C. Introdução à linguística: domínios e fronteiras, volume 2. 8ª ed. - São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Carmem Luci da Costa. **A Criança na Linguagem – enunciação e aquisição**. Campinas, RS: Pontes Editores, 2009.

SILVA, Carmem Luci da Costa. A instauração da criança na linguagem: princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem. Tese de Doutorado - UFRGS. Porto Alegre: 2007